

## ORDEM DO DISCURSO E EDUCAÇÃO: ARQUIVOS

Bruno Caetano Felipe DA SILVA  
Orientador: Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini

**RESUMO:** Foi em meados de 2014, durante a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que certa ala da Câmara dos Deputados fez circular a expressão “ideologia de gênero”. A discussão aqui pautada se dava na época de abril do referido ano, quando o poder legislativo se reunia em torno do Projeto de Lei nº 8035, de 2010, aquele que se tornaria a lei do Plano Nacional de Educação. A Ordem do Dia, do dia oito, trazia para a Casa a votação de duas propostas para a textualização de tal lei, a primeira encaminhada pela própria Câmara e a segunda encaminhada pelo Senado Federal. O que se empreende aqui é uma análise sobre sentidos de “ideologia de gênero” em funcionamento na reunião ordinária do dia 08/04/2014, entendendo o documento como um lugar onde funcionam políticas de arquivamento e um lugar de disputa de memória.

**Palavras-chave:** ideologia de gênero, análise de discurso, arquivos.

\*

Foi em meados de 2014, durante a discussão do Plano Nacional de Educação (PNE), que certa ala da Câmara dos Deputados, nomeada e popularizada como “Bancada Evangélica”, fez circular a expressão “ideologia de gênero”. A discussão aqui pautada se dava no mês de Abril do referido ano, quando o poder legislativo se reunia em torno do Projeto de Lei nº 8035, do ano de 2010, aquele que, como previsto pela Constituição Federal, viria a se tornar a lei do Plano Nacional de Educação.

No dia 8 de abril de 2010, a Ordem do Dia trazia para a Casa, em regime de prioridade, a “votação do Parecer do Relator Angelo Vanhoni”, como redigido em Ata, documento disponível para acesso público no site da Câmara. Tal documento registra os acontecimentos de tal dia, no Plenário 02, do Anexo II do Congresso Nacional, onde tomava lugar a discussão sobre o “Substitutivo do Senado Federal ao projeto de lei nº 8.035-B/10 - do Poder Executivo”. Em seu parecer, o relator “reafirmou que rejeitara a redação proposta pelo Senado Federal ao Art.2º, inciso III e restabelecera o correspondente dispositivo do texto aprovado pela Câmara dos Deputados”.

A votação se daria para aclamar o texto do Senado, caso esse obtivesse votos significativos a seu favor, ou para manter o texto original, encaminhado pela Câmara, procedimento comum aos regimes democráticos. Este trabalho dedica-se ao estudo do referido inciso que se torna interessante para análise devido à ingerência da palavra “gênero” no PNE.

Sob fins de desenvolvimento metodológico, indico a proposta encaminhada pela Câmara dos Deputados por CD<sub>1</sub>; a proposta advinda do Senado Federal é indexada sob a referência SF<sub>1</sub>.

CD<sub>1</sub> - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da *igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*;

SF<sub>1</sub> – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da *cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*;

Este texto pretende dar tratamento, pelo viés da Análise de Discurso, a um documento que compõe o arquivo digital da Câmara dos Deputados, dando a este nova organização e disposição.

Em busca de estabelecer um “plano de leitura” ou “planos de leitura” (Haroche et al, 1971) que abarque os sentidos em funcionamento de “gênero” em pronunciamentos ocorridos nessa sessão, de forma a corresponder “a vários encadeamentos possíveis de elementos de significação tomados em cada agrupamento” (Haroche et al, 1971), trabalha-se o agrupamento de enunciados em séries capazes de organizar possíveis paráfrases, tabelas de enunciados, que permitam analisar possíveis analogias para “gênero” ou “ideologia de gênero” no PNE.

\*

Não seria estranho tentar empreender novas formas de leitura do significante “gênero” que permitissem apresentar possíveis significações, considerando que, especialmente no domínio da política, “constataremos que as palavras podem mudar de sentido segundo as posições determinadas por aqueles que as empregam” (Haroche et al, 1971). Em busca de restituir ao texto suas condições sócio-históricas e tendo em mente que “o laço que une as “significações” de um texto às condições sócio-históricas não é meramente secundário, mas constitutivo das próprias significações” (Haroche et al, 1971), o trabalho aqui empreendido vem a dispor em séries de sequências discursivas e organizar documentos pertinentes à sessão da Comissão Especial destinada a escrever o PNE, constituindo a partir deste arquivo pessoal um *corpus* discursivo que

busque dar conta dos possíveis sentidos de “ideologia de gênero” em um pronunciamento específico daquele dia, o do Deputado Federal Pastor Marco Feliciano do Partido Social Cristão (PSC) e seus “encadeamentos possíveis de elementos de significação” (Haroche et al, 1971) em torno da dita “ideologia de gênero”.

O tratamento discursivo aqui empreendido sobre os fundos documentais do Arquivo da Câmara tende a dar um certo arranjo em série aos enunciados proferidos naquele dia organizando-os para além da ordem imposta pela própria contingência do documento suporte, o papel em si ou sua versão digital, e de forma ou de outra, para além de uma forma de leitura culturalmente vigente, esta que imprime as palavras lado a lado, da esquerda para a direita, de cima a baixo da página.

A leitura de arquivos aqui empreendida não se identifica com um “tratamento da informação”, “capaz de construir o sentido adequado de uma sequência dada” (Pêcheux, 2011, p.144) mas busca-se o olhar próprio para o documento, lendo o arquivo “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2015). Nessa atividade de organizar enunciados em arquivos, busca-se uma leitura comprometida com os aspectos de reminiscência da memória sobre o gênero em seu padrão de conduta ou da “construção social da imagem sobre o ser humano”, como explica o Deputado Marco Feliciano durante seu pronunciamento.

Assumindo essa preocupação com a leitura, assume-se o papel de arconte desta nova organização, a papel do arquivista que “formula os princípios de um arranjo, institui certa ordem e organização desses fundos” e, assim como o legislador, “ele procura normalizar os fundos documentais do arquivo, hierarquizar as informações contidas em seus documentos, segundo uma lógica que permita tanto armazená-los quanto recuperá-los” (Marques, 2015, p.24). Estabelecendo normas para o seu arquivo, o “pesquisador anarquivista” busca “*anarquivizar* o arquivo”, subvertendo sua própria ordem “lendo os documentos de outra forma, de dentro de outras (des)ordens possíveis” (Marques, 2015, p.25). Aqui amparo-me em métodos do campo de saber da arquivística para agrupar enunciados de formas a facilitar o armazenamento e a futura recuperação destes durante os processos de pesquisa no documento.

Arranjam-se os enunciados sob índices que indiquem seus enunciadore, tendo, para além dos já referidos CD<sub>1</sub> e SF<sub>1</sub>, MF para os enunciados referentes ao Deputado Federal Pastor Marco Feliciano, na época filiado ao PSC e LF para os do Deputado Federal Luiz Fernando, do Partido Progressista (PP). Ali, naquela sessão, o Deputado Luiz Fernando não tinha direito a voto por não ser membro da Comissão, mas ao se aproximar do microfone deixa registrado seu posicionamento em relação à “ingerência de gênero no Plano Nacional de Educação”.

Devido às normas e condutas da sessão é possível perceber certo efeito pragmático do voto, em sentido de poder se traçar uma relação entre o dito no pronunciamento e a escolha de voto a favor de uma das propostas de texto. Cabe ao Deputado que se aproxima de seu microfone expor suas ideias e pensamentos sobre o tema em discussão, no caso a disputa na textualização do PNE, sendo esses dez minutos destinados a exposição da intenção de voto. Por motivo de agrupamento e seriação denomino sob o índice *Efeito de julgamento* os enunciados que identificam intenção de voto contrária, ou argumentos contrários, à proposta da Câmara.

Assim, esse arranjo, essa “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (Arquivo Nacional, 2005), reorganiza o documento por métodos de tabelas e índices de enunciados, agrupam-se certos enunciados, em função de certos efeitos do enunciado. Havendo comentado do jogo democrático do voto no sistema legislativo, pode-se falar de uma correlação verificável entre o dito e ocorrido, o dito sendo a justificativa do voto e o ocorrido o próprio voto, tornando-se possível a identificação do *julgamento* feito sobre a “ingerência de gênero no Plano Nacional de Educação”.

Busco, 0 desse tratamento documental recorro ao método de construção de tabelas, já consagrado em diversos trabalhos de Régine Robin<sup>1</sup> e outros do campo da Análise de Discurso. As que aqui proponho, ainda em construção, apresentam certa eficiência como a facilitar a percepção da frequência de ocorrência de tal e tal palavra, no caso PNE, além de facilitar o retorno a certa série de enunciados sob o índice LF. O procedimento de leitura dos enunciados arquivados na fala de Luís Fernando deve ser feito da coluna da esquerda, depois a coluna central e depois a coluna da direita.

---

<sup>1</sup> Para mais ver “História e Linguística” e “Do espetáculo à morte do acontecimento”.

Efeito de articulação “Ideologia de gênero no PNE”		
quando conseguiu conduzir para o consenso alguns processos de elaboração do	Plano Nacional de Educação	.
em razão de o gênero no		e de a origem “gênero” terem um contexto absolutamente ideológico, marxista,
que deva constar ideologia no		.
Não dá, Sr. Presidente, para acreditarmos que o		é uma discussão de homossexualismo, de preconceito, de conduta sexual de quem quer que seja.
a patrocinar uma divisão da sociedade com a inserção do gênero no		que não é necessária por parte deste Parlamento.
Há, sim, uma oportunidade de nós deixarmos o gênero na discussão do		para fora.
Mas, pela inserção, Sr. Presidente, de uma ideologia marxista no,		pela inserção de uma ideologia de gênero no
, pela inserção de uma ideologia de gênero no,		eu sou frontalmente contrário.
da ideologia de gênero no		.
uma sociedade cristã, necessariamente, não pode ter a ideologia de gênero inscrita no		.

Através do gesto de impor “aos materiais uma série sucessiva de restrições” (Courtine, 2009, p.54), busco delimitar uma forma ao *corpus* de trabalho, organizando em séries as sequências discursivas que compõe o documento transcrito pelo Departamento de Taquigrafia da Câmara dos Deputados, constituindo o *corpus* discursivo de minha questão em torno de “ideologia de gênero”. Esse *corpus* estende-se em duas direções, “constituído de sequências discursivas produzidas por um locutor/por vários locutores” (Courtine, 2009, p.58) e um “corpus constituído de sequências discursivas produzidas a partir de posições ideológicas homogêneas/heterogêneas” (Courtine, 2009, p.58), os locutores em questão são o Deputado Marco Feliciano e Deputado Luís Fernando; em relação às posições ideológicas homogêneas ou heterogêneas busca-se aglutinar os enunciados de acordo com a pretensão de voto de cada um dos locutores, no caso, em favor do texto do Senado, SN<sub>1</sub>.

Efeito de julgamento		Valor de voto contra CD <sub>1</sub>
LF <sub>8</sub>	inserção de uma ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação, eu sou frontalmente contrário.	X
LF <sub>9</sub>	da ideologia de gênero no Plano Nacional de Educação.	
LF <sub>10</sub>	[Eu] não acredito que devam constar na nossa...	X
LF <sub>11</sub>	Eu não acredito, Sr. Presidente, que deva constar ideologia no Plano Nacional de Educação.	X
LF <sub>12</sub>	Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.	
LF <sub>13</sub>	Não dá, Sr. Presidente, para acreditarmos que o PNE é uma discussão de homossexualismo, de preconceito, de conduta sexual de quem quer que seja.	
MF	Eu estava lendo aqui o relatório que veio do Senado, Deputado Vanhoni, e ele parece suprir tudo aquilo que nós pensamos sobre o assunto	X
MF	Então, o texto do Senado contempla já, e contempla fortemente o que nós	X
MF	Hoje em dia, quando eu ouço, na escola dos meus filhos, falarem alguma coisa que eu não aceito ou que não faz parte do currículo, mesmo sendo uma orientação do MEC, eu tenho, como pai, o direito de ir até a escola e reclamar	
MF	Eu não quero que meu filho estude isso, a minha filha não precisa ouvir isso. Isso ela aprende de mim, que sou pai, em casa	
MF	Uma vez que se torna lei, Sr. Presidente, o direito de pensamento do próprio pai fica em julgamento aqui.	X
MF	Essa ideologia de gênero é um problema	X
MF	Então, Sr. Presidente, Sr. Deputado Vanhoni, eu gostaria muito que V.Exas. repensassem os destaques que vão ser apresentados sobre esse assunto de ideologia	X
MF	Não é necessário fazer isso	X
MF	Eu só quero, então, deixar a posição deste Parlamentar, posição do meu partido, o PSC. Nós queremos votar o PNE, só não concordamos com esse destaque acerca da ideologia de gênero, lembrando mais uma vez que nosso País é um país laico, todavia de maioria cristã.	X

O que venho buscando fazer em tal tratamento documental é tornar mais acessível dados do documento para facilitar o acesso e o trabalho do pesquisador “anarquista” que vier a se debruçar sobre essas séries de enunciados e que esse tratamento venha melhor descrever cientificamente certas formações ideológicas em torno de “gênero” na referida sessão.

Em LF<sub>12</sub>, “Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.”, Luiz Fernando, cerceia os possíveis horizontes de sentido de “gênero”, ao delimitar suas fronteiras com “distinção diferente” sendo possível somente uma forma de fazê-la. Resgatando o texto do documento oficial teríamos, sob a indexação de LF<sub>12</sub>, o seguinte parágrafo

Não sou uma pessoa que trabalha com algum tipo de preconceito, mas acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara, dada pelo criador. *Não há como se fazer uma distinção diferente.* (Palmas.) Não dá.

Poderíamos então, retirar do excerto trazido, a sequência discursiva “existe uma distinção clara” e “Não há como fazer uma distinção diferente”, e construir assim a série distinção, organizando os enunciados “distinção clara” e “distinção diferente”. Isso nos possibilitaria pensar nas seguintes analogias, que na língua se torna o mecanismo da paráfrase

LF<sub>12</sub> Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.  
LF<sub>12.1</sub>- existe apenas uma distinção clara

Possibilitando a seguinte formulação, articulando dois enunciados principais, “distinção clara” e “dada pelo criador”

LF<sub>12.2</sub>- existe apenas uma distinção clara e esta é dada pelo criador

trecho em que o Deputado comenta “acredito que, na essência do ser humano, existe uma distinção clara”, portanto teríamos

LF<sub>12.3</sub>- existe apenas uma distinção clara, dada pelo criador, localizada na essência do ser

a partir da qual uma possível tabela de frequência aproximaria os seguintes enunciados:

Essência		
acredito que, na	Essência	do ser humano
porque esta é a		do que nós
não é a compreensão que	Essencialmente	elas têm.
Processo educacional brasileiro, criado		, numa sociedade cristã.

Apresentada a dada sequência de enunciados justificando a inserção de LF<sub>12</sub> e LF<sub>13</sub> na série de “Valor de voto contra CD<sub>1</sub>”

Não há como se fazer uma distinção diferente. (Palmas.) Não dá.

Não dá, Sr. Presidente, para acreditarmos que o PNE é uma discussão de homossexualismo, de preconceito, de conduta sexual de quem quer que seja.

\*

Não se deve negar aqui certa aproximação com os saberes pertencentes da arquivística, em que essa organização de um arquivo, ou desorganização, vem a concordar com o argumento de Bellotto (2014) na descrição de documento, seja este, em suma, “tudo o que seja produzido por razões funcionais, jurídicas, científicas, culturais ou artísticas pela atividade humana” (Bellotto, 2014, p.38), mas propondo considerá-lo não apenas como transcrição do fato como ocorrido, do documento como “prova-objeto” (Bellotto, 2014) do que foi enunciado em certo dia, nesse caso uma intenção de voto, há sim “uma redefinição de documento como monumento, e de enunciado como nó de uma rede” (Pêcheux, 2014, p.143).

Dando importância central ao tratamento dos enunciados que compõem o *corpus* dessa pesquisa, a transcrição do dia 8 de abril de 2014, da sessão da Comissão Especial que no Plenário II, produzida pelo Departamento de Redação e Taquigrafia – DeTaq, o trabalho junto aos documentos do legislativo tem se mostrado interessante nos gestos de composição do *corpus* desta pesquisa, sendo o conceito aqui mobilizado aquele que remete a Courtine (2009) como “conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das condições de produção do discurso” (Courtine, 2009, p.54), dando um tratamento da Análise de Discurso a estes a fim de delimitar um “campo discursivo de referência”, como por exemplo “o discurso político produzido por tal locutor ou tal formação política” (Courtine, 2009, p.54).

O que se apresenta até então é uma tentativa de imprimir outra *ordem* de arquivamento para os documentos da sessão da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8035, de 2010, distinta daquela organizada e proposta pelo arquivo da Câmara dos Deputados e regrada pela linearidade da sintaxe. A fim de impor “aos materiais uma série sucessiva de restrições que os homogeneizem” (Courtine, 2009, p.54), um *corpus* constituído “de sequências discursivas produzidas por um locutor/ por vários locutores” (Courtine, 2009, p.57), sendo este o Deputado Marco Feliciano (PSC) na referida plenária, majoritariamente.

Trabalhar no arquivo, ou o arquivo como uma questão política tende a trazer à baila certas contradições internas ao próprio arquivo, este lugar que inscreve e instaura uma memória social, aqui remetida à memória do sexo, ou melhor, da representação da sexualidade dos corpos e de suas formações ideológicas possíveis.

Das muitas formas que se pode assumir como conceito de arquivo – no qual agora não me delongo muito, mas que a esta pesquisa apresenta-se como importante – demoro-me na de Michel Foucault:

Chamarei de arquivo não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas (FOUCAULT, 1968, p. 95)

De agora em diante torna-se importante perceber “o jogo das regras que determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados” nos documentos oficiais da Educação. Aqui se trata então de debruçar-se sobre os enunciados “com ênfase na promoção da *igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual*” e promoção da “*cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação*”, para não me distanciar muito da leitura do arquivo. Trabalho aqui com um trecho da fala do Deputado Pastor Marco Feliciano (PSC) na sessão do Plano Nacional de Educação, transcrito pelo Departamento de Taquigrafia e Redação.

Quando se dá nome a essas discriminações, como, por exemplo, opção sexual, racial, deixa-se de lado outras. Então, o texto do Senado contempla já, e contempla fortemente o que nós pensamos.

O que se contrapõe na fala de Feliciano é como afirmar que o “texto do Senado contempla já”, SF<sub>1</sub>, o que “nós pensamos” sobre “[as] desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, quando o critério de discriminação de “opção sexual, racial” é somente um baseado em uma “distinção clara”. O que se buscou nesse empreendimento em arquivos foi “o jogo das regras” que “determinam o aparecimento ou desaparecimento” de enunciados nos documentos oficiais do Plano Nacional de Educação, as regras que inscreveram a lei como promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação ao invés de promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual retirando a palavra “gênero” das diretrizes educacionais.

\*

De certa forma, o olhar para o documento aqui empregado, na leitura dos documentos oficiais da Câmara dos Deputados, desloca o sentido de documento daquele cristalizado pelos dicionários de terminologia arquivística, pois não o considera como “porta-voz” de uma verdade única, mas o reconsidera como um lugar de disputa política do arquivar e do esquecer. Em outras palavras, um lugar onde funciona uma política de arquivamento, um lugar de disputa da inscrição de palavras em um arquivo do legislativo, as decisões entre o *arquivante* e o *arquivável* (Derrida, 2001).

Ao colocar em contraste as duas formulações da lei, busca-se analisar o pronunciamento de Marco Feliciano; objetivando trabalhar com os enunciados daquele dia, rompe-se com a visão dada a tais registros documentais, especialmente quando esses documentos do judiciário ou do administrativo, esses documentos do arquivo, recebem a finalidade unívoca de prova do acontecimento, do dito e ocorrido na referida sessão. O que foi empreendido aqui é construção de um olhar, do olhar de um *anarquivista* (Marques, 2015), para o documento, buscando recuperar sentidos outros para “ideologia de gênero” nos pronunciamentos daquele dia e que ficam apagados no *efeito de linearidade* do texto para “registro histórico” e “impassível de alteração” que compõe o documento redigido pelo Núcleo de Redações Finais do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação.

Assim como proposto por Pechêux (2011), referindo-se à obra de Foucault, busquei tratar na problemática da leitura de arquivos o “enunciado como nó de uma rede”, tendo seu sentido dado em determinada formação discursiva. Com aproximação ao campo da arquivística, tentei organizar “os termos em uma sequência discursiva” em torno do enunciado “ideologia de gênero” em um *corpus* delimitado pelo pronunciamento do Deputado Federal Marco Feliciano (PSC) na 46ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que “aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências” e registrado e disponibilizado pelos devidos órgãos da Câmara dos Deputados.

## REFERÊNCIAS

- BELLOTO, H. L. (2014) Arquivo: estudos e reflexões. UFMG, Belo Horizonte.
- COURTINE, J.-J. (2009). Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. Prefácio de Michel Pêcheux. EdUFSCar, São Carlos, SP.
- DERRIDA, J. (2001) Mal de arquivo: uma impressão freudiana. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

- PÊCHEUX, M. (1994) Ler o arquivo hoje. Trad. Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (org.) [et al.]. Gestos de leitura: da história no discurso. Editora da Unicamp, Campinas, SP. p. 55-66.
- PÊCHEUX, M. (2011 [1984]) Leitura e Memória: Projeto de Pesquisa. In: PÊCHEUX, M. Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi. 2º ed. Pontes, Campinas, SP. p. 141-150.